



RESOLUÇÃO Nº 003/2004

Dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de parceria entre o Governo do Estado de Mato Grosso, Prefeituras Municipais e Associações Cíveis sem fins lucrativos, visando à pavimentação de rodovias estaduais, conforme o “Pró-Rodovias”, Subprograma inserido no Programa Estradeiro do Governo do Estado.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 25, de 30 de dezembro de 1992 e pela alínea “n” do inciso IV, do artigo 26, da Resolução nº 02, de 21 de maio de 2002 e,

Considerando o interesse público e notório da sociedade civil organizada mato-grossense, notadamente das lavouras temporárias de soja e algodão, em contribuir para melhoria de rodovias estaduais não pavimentadas, visando reduzir o custo para o escoamento da safra;

Considerando que o aumento do escoamento da safra pelas rodovias estaduais, certamente, acarretará incremento da receita tributária do Estado;

Considerando a ausência de regulamentação das denominadas Parcerias Público-Privadas (PPP) pela União, a quem compete privativamente legislar sobre a matéria, *ex-vi* do artigo 22, inciso XXVII, da Constituição da República, cujo anteprojeto de lei já se encontra em tramitação no Congresso Nacional;

Considerando que as consultas formuladas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, processadas neste TCE-MT sob nºs 3.653-6/2003 e 10.905-3/2003, não foram suficientes para resolver as questões nelas suscitadas;

Considerando que os princípios de direito são hierarquicamente superiores às normas, dentre eles os princípios da eficiência e da boa fé, que primam pela otimização da aplicação dos recursos públicos para suprir as necessidades da



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. ____
Rub. ____

sociedade.

RESOLVE:

Art. 1º - A celebração e prestação de contas de convênios entre o Governo do Estado de Mato Grosso, Prefeituras Municipais e Associações Cíveis sem fins lucrativos, visando à recuperação e pavimentação de rodovias estaduais, sujeitam-se às normas e procedimentos desta resolução, juntamente com a Instrução Normativa nº 02/2003 TCE-MT, Lei nº 4.320/1964 e a Lei nº 8.666/1993, em especial o seu artigo 116, até que sejam editadas normas gerais pela União.

Art. 2º - O Governo do Estado, através do órgão ou entidade concedente, deverá publicar, com pelos menos 10 (dez) dias de antecedência, convocando eventuais interessados, edital através da Imprensa Oficial e em jornal diário de grande circulação no Estado, bem como por meios eletrônicos de acesso público, de Declaração de Intenção da Administração Pública em firmar convênio, visando à pavimentação de rodovias estaduais com associações cíveis sem fins lucrativos.

Art. 3º - Após a celebração do convênio, o Governo do Estado deverá encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 10 (dez) dias da sua publicação na Imprensa Oficial, para efeito de verificação de legalidade, os seguintes documentos:

- a) Termo de Convênio, devidamente assinado pelas partes envolvidas;
- b) Plano de Trabalho, contendo planilha de serviços com quantidades e preços, insumos, tal como óleo diesel, relacionando-os com a produção dos equipamentos a serem utilizados na obra, bem como o cronograma físico-financeiro da obra, referenciando esses serviços, insumos e respectivos valores com a parte conveniente responsável pelo adimplemento dessas obrigações;
- c) Nota de Empenho dos concedentes estadual e municipais;
- d) Cópia do Extrato do Convênio publicado no Diário Oficial do Estado;
- e) Certidão Negativa de Débito, junto ao TCE-MT, das partes;
- f) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social das partes convenientes;



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. ____
Rub. ____

- g) Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela CEF (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990), das partes convenientes;
- h) Declaração da Associação de que não está em situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual, direta ou indireta;
- i) Pareceres técnicos e jurídicos do órgão estadual acerca da minuta do convênio;
- j) Aprovação do instrumento pela autoridade estadual competente;
- k) Cópia das publicações da Ata de Fundação da Associação e do extrato do Estatuto;
- l) Cópia do Estatuto da Associação contendo a perfeita qualificação civil de seus associados;
- m) Prova do registro do Estatuto da Associação no Cartório de Títulos e Documentos de seu domicílio civil;
- n) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Associação;
- o) Cópia do Alvará de localização e funcionamento da sede da Associação;
- p) Cópia da Declaração de Utilidade Pública, se for o caso;
- q) Publicação da Declaração de Intenção da Administração Pública em firmar convênio;
- r) Declaração do responsável pelo órgão estadual concedente, nominando cada uma das Associações que manifestaram interesse em celebrar o convênio;
- s) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa, nos termos do artigo 16, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- t) Declaração do responsável pelo órgão estadual concedente de que a obra, objeto do convênio, encontra-se em consonância com o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e com o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Parágrafo Único. O Plano de Trabalho citado na alínea “b” acima deverá conter no mínimo as informações constantes do § 1º, do artigo 116, da Lei nº 8.666/93 e artigo 2º da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/AGE/SEPLAN-MT nº 01/2002.

Art. 4º - O aporte de recursos, pelo Governo do Estado ou Municípios, deverá ser precedido de empenho prévio (artigo 7º, Lei nº 8.666/93) e o projeto constar do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. ____
Rub. ____

Orçamentária Anual e atender à Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o seu artigo 45.

Art. 5º - A contrapartida dos municípios e da Associação poderá ser atendida através de recursos financeiros ou de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis.

Parágrafo Único. No caso dos municípios, a contrapartida deverá ser estabelecida de modo compatível com a sua capacidade financeira, tendo por limite os percentuais estabelecidos na Lei Orçamentária.

Art. 6º - Os procedimentos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia, relativos à aplicação dos recursos do Governo do Estado e dos municípios, observarão necessariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Parágrafo Único. A modalidade licitatória atenderá ao § 5º do artigo 23 da Lei nº 8.666/1993, considerando o valor total do objeto a ser executado, independentemente dos valores das partes convenientes.

Art. 7º - As parcelas repassadas pelo Estado e municípios somente poderão ser aplicadas para atender às despesas com execução das obras e serviços de engenharia.

Parágrafo Único. O Estado e Municípios somente repassarão os recursos financeiros, após a liquidação da despesa, consubstanciada em planilha de medição de serviços, assinada em conjunto pela fiscalização das partes convenientes, exceto a primeira parcela que será paga na assinatura do convênio a qual não poderá exceder 20% do valor da parcela do Governo.

Art. 8º - Os recursos da contrapartida da Associação devem necessariamente ser aplicados no objeto conveniado, em estrita observância ao Plano de Trabalho e movimentados em conta corrente bancária específica para o convênio.

Art. 9º - O Tribunal de Contas do Estado, dentro das suas prerrogativas, acompanhará todos os procedimentos inerentes à licitação, quando julgar conveniente.

Art. 10 - No caso de execução direta da obra pela Associação, a mesma deverá comprovar que possui qualificação jurídica, técnica, econômico-



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. ____
Rub. ____

financeira e fiscal, nos termos do artigo 27 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único. Neste caso, o Orçamento das obras de engenharia não contemplará a parcela referente ao lucro constante da Bonificação e Despesas Indiretas - BDI.

Art. 11 - A prestação de contas final, de todo e qualquer recurso, inclusive da contrapartida da Associação, será realizada em consonância com a Instrução Normativa nº 02, de 12 de agosto de 2003, do TCE-MT, e subsidiariamente, no que couber, pela Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/AGE/SEPLAN-MT nº 01/2002, de 27 de junho de 2002, e apresentada ao TCE no prazo de 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência do convênio, conforme prescreve o artigo 52 da Lei Complementar nº 11/1991.

Parágrafo Único. Havendo indícios de irregularidades, identificados pelo controle interno, do Estado ou dos municípios, este deverá imediatamente dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art.12 - As medições e os termos de recebimento, provisório e definitivo, deverão conter todos os dados necessários à individualização da obra, e serem assinados pela fiscalização das partes.

Parágrafo Único. As medições deverão discriminar os serviços referentes a cada uma das contrapartidas para posterior pagamento e emissão de notas fiscais, devendo estas conter referência expressa ao convênio, fonte pagadora e ao número da medição a que se referem.

Art. 13 - O Tribunal de Contas do Estado realizará auditoria, quando considerar conveniente, diretamente na sede da responsável pela aplicação dos recursos do convênio.

Art. 14 - Os convênios já celebrados deverão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da entrada em vigor desta Resolução serem adequados a mesma, se for o caso, ficando, desde já sobrestados os prazos para verificação da legalidade e prestação de contas.



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. ____
Rub. ____

Art. 15 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 29 de junho de 2004.

Conselheiro Ary Leite de Campos - Presidente

Conselheiro Ubiratan Spinelli

Conselheiro Branco de Barros

Conselheiro Antonio Joaquim

Conselheiro José Carlos Novelli - Vice-Presidente

Conselheiro Valter Albano

Conselheiro Júlio Campos - Corregedor Geral

Fui presente

Procurador de Justiça, dr. Mauro Delfino César



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. ____
Rub. ____